

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº:	1000164-06.2017.8.26.0566
Classe - Assunto	Procedimento Comum - Condomínio
Requerente:	Maria Salete da Costa
Requerido:	Manoel Carlos da Silva

Justiça Gratuita

MARIA SALETE DA COSTA ajuizou ação contra **MANOEL CARLOS DA SILVA**, pedindo a alienação forçada do imóvel situado na Rua Francisco Valverde nº 134, nesta cidade, matriculado sob nº 69.835, pertencente a ambos, em comunhão, haja vista a indivisibilidade e a inconveniência de manter-se a comunhão.

Citado, o réu não contestou o pedido.

É o relatório.
Fundamento e decido.

O imóvel pertence às partes em comum e não convém manter o condomínio, fonte de desavenças.

Não há consenso também quanto à forma de administração, sequer cogitada.

Nessas circunstâncias, a única solução plausível é a alienação e a partilha do preço obtido, já que nenhum dos condôminos interessou-se pela aquisição da quota-parte do outro, embora isso ainda possa ocorrer durante o certame de venda.

Diante do exposto, **acolho o pedido** e determino a alienação judicial do imóvel, para extinção do condomínio, que se orientará pelo preço estimativo de mercado.

Nomeio perito o engenheiro civil Dr. Rogério Giglio Ferreira, para avaliar o bem. Expeça-se ofício à Defensoria Pública, para reserva de honorários profissionais.

A alienação será diligenciada por intermédio de corretor credenciado, tomando-se em consideração o valor atualizado da avaliação. Caso não alcançada a venda, prosseguir-se-ão as diligências de alienação, admitindo-se doravante preço mínimo de 60% do valor atualizado da avaliação.

P O D E R J U D I C I Á R I O

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

Do preço apurado, caberá a cada qual dos condôminos a respectiva quota ideal, lícito exercerem o direito de preferência.

Condeno a ré ao pagamento das custas e despesas processuais, além dos honorários advocatícios da patrona da autora, fixados em R\$ 1.500,00.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 06 de março de 2017.


Carlos Castilho Aguiar França
Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME
 IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**